

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmiento

**CICLO DE CONFERÊNCIAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE MARTINS SARMENTO.
JORNALISMO VIMARANENSE. LIÇÃO VIBRANTE DE AMOR À TERRA.**

ALMEIDA, Hugo de

Ano: 1953 | Número: 63

Como citar este documento:

ALMEIDA, Hugo de, Ciclo de conferências públicas na Sociedade Martins Sarmiento. Jornalismo vimaranense. Lição vibrante de amor à terra. *Revista de Guimarães*, 63(3-4) Jul.-Dez. 1953, p. 547-582.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmiento, 51
4800-432 Guimarães
E-mail: geral@csarmiento.uminho.pt
URL: www.csarmiento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

A opulenta Biblioteca pública desta Sociedade, coleccionando, felizmente, a grande maioria dos periódicos que nesta terra têm sido publicados, possui assim um precioso instrumento de trabalho posto à disposição dos investigadores. Para se avaliar da importância desta Colecção, basta dizer que se guarda nas estantes da Biblioteca desta Colectividade para cima de uma centena de periódicos diferentes vimaranenses, não contando as Revistas culturais, tudo magnificamente catalogado pelo nosso consócio e distinto etnógrafo Sr. Alberto Vieira Braga.

Mas é tempo de conceder a palavra ao Sr. Dr. Hugo de Almeida, que nos vai dar, em linhas gerais e incisivas, o panorama da Imprensa periódica vimaranense, nos 100 anos de existência desta magnífica fonte e expressão de Cultura da nossa terra.

Tem V. Ex.^{cia} a palavra.

Seguidamente o Conferencista deu início à leitura do seu trabalho:

Jornalismo Vimaranense — Lição Vibrante de Amor à Terra



Dr. Hugo de Almeida
Escritor e Advogado

Quis a direcção da Sociedade Martins Sarmento, a que preside o ilustre vimaranense, Snr. Coronel Mário Cardozo, intelectual de alta estirpe, arqueólogo distinto e investigador de probidade inconcussa, ter para comigo a subida gentileza de me convidar a fazer uma palestra sobre jornalismo vimaranense.

Confesso, firmemente constricto, o feio pecado cometido de ter anuído a esse convite. Conto, porém, com a vossa indulgentíssima benevolência.

Para a feitura deste trabalho refugiei-me durante algumas tardes na quietude da Biblioteca de Sarmiento a folhear alguns periódicos da nossa Terra, desde o «Azemel Vimaranes», de 1822, até aos nossos dias. E ali, naquele ambiente tecido de espiritualidade, senti-me, por momentos, isolado do presente, para num alvoroço de alma ver ao longo de um século, desfilar ante mim, a Guimarães do passado. E quedei-me, embevecido, perante uma longa teoria de vimaranenses ilustres, de fulgurante talento e acrisolado bairrismo. Eu vi, sempre que a nossa Terra estava em causa, irromper do seio da nossa população labaredas altas de entusiasmo, em que o nome de Guimarães agitava as almas numa onda de emocionante ternura pelo torrão natal.

Ali, na Biblioteca de Sarmiento, onde parece ajeitar o espírito do patrono desta Casa, evadido do quotidiano e todo engolfado no passado de Guimarães, eu senti, através das penas dos periodistas, como é grande, profundo e vibrante o apêgo do povo vimaranense à sua Terra natal.

Horas altas de intensa alegria popular, manifestações de fé nos destinos da grei, momentos de exaltação local, o jornalismo dá-nos o retrato inteiro de Guimarães, com todas as suas ofuscantes grandezas.

E, sempre que alguém a fere na sua honorabilidade, a nossa Terra freme de indignação e reage numa só voz com indómita bravura.

Sobranceiro ao fervilhar das lutas partidárias, às quezílias políticas, alça-se o pendão de Guimarães, na galhardia do seu drapejar, pois ele é traço de união, vínculo de solidariedade que enlaça as almas num sentimento de dedicação à Terra natal.

Aqui, à sombra das pedras tismadas do Castelo de Mumadona, formou-se uma alma de rija têmpera, de antes quebrar que torcer, pronta para todas as arrancadas, capaz de todos os sacrifícios, disposta a todos os lances.

E essa alma vibrante e tenaz, ousada e corajosa, retrata-se esplendorosamente ao longo dos jornais que aqui se publicaram.

E erra grosseiramente quem possa admitir que essa alma sacudida e vibrante, decidida e audaz dos tempos idos, esteja nos dias de hoje a diluir-se num oceano de passividade, a derreter-se num mar de indolência.

Entre a alma do passado e a alma do presente não há soluções de continuidade.

Continuamos a ser detentores das mesmas acrisoladas virtudes, orgulhosos do nosso passado e activos impulsionadores da hora presente.

Se temos estado alheios ao ritmo de realizações públicas que têm caracterizado o progresso de tantas terras neste último quarto de século, a causa filia-se na ausência de figuras de chefia, de direcção, de proeminência, em que Guimarães foi pródiga e hoje tanto rareiam.

Não temos encontrado quem saiba dinamizar a vida pública, pôr em movimento, em prol do bem comum, as ricas virtualidades da grei.

Mas deixemos o presente e recordemos, através de alguns aspectos mais impressivos, evocados pelos nossos periódicos, as heróicas virtudes dos nossos avós, o seu entusiasmo pelas causas nobres, pelos ideais alevantados, a sua abnegada dedicação por tudo aquilo que envolvesse o sagrado nome de Guimarães.

Neste ano comemorativo do Milenário da Fundação do nosso burgo e do Centenário da sua elevação à categoria de cidade, impende sobre todos nós o dever de lançar um olhar retrospectivo sobre a vida da nossa Terra e evocar, de alma ajoelhada e coração enternecido, as lições dos nossos antepassados, ressumbrantes de grandeza e de esplendorosa dignidade.

E com esta evocação nós vamos prestar sentida homenagem a algumas figuras de vimaranenses que pelo seu valor intelectual mais contribuíram, neste último século, para a valorização do nosso património espiritual, espólio augusto que a nossa geração recebeu e à qual cumpre defendê-lo, aumentá-lo, enriquecê-lo e legá-lo às gerações vindouras como facho imperecível a iluminar o nome sacrossanto desta Terra.

Se o surto da nossa vida industrial nos valoriza no campo económico e faz da nossa Terra centro de trabalho que é pão, que é vida, é, porém, o fulgor espiritual da nossa actividade literária e artística que dá a Guimarães glória e grandeza imortal.

Vamos, pois, folhear as páginas amarelecidas dos nossos periódicos e fazer incidir a nossa atenção sobre alguns episódios mais expressivos do último século da História vimaranense.

*

Ao sopro das ideias liberais começa a publicar-se nesta Terra, em 1822, o «Azemel Vimaranense», o primeiro periódico de Guimarães, impresso na Tipografia Vieirense, ali à Rua Escura, hoje Gravador Molarrinho, tendo um dos seus redactores, o escrivão de direito desta comarca José de Sousa Bandeira, sido vítima das suas crenças políticas. Preso e conduzido para as Cadeias da Relação do Porto, chegou a ser julgado e condenado à morte, mas a sentença, por mera obra da sorte, não chegou a ser executada. Foi restituído à liberdade em 24 de Julho de 1833, por ocasião da entrada do Duque da Terceira na Capital.

Deste precursor do jornalismo vimaranense restam 5 números na Biblioteca desta Sociedade, cujo valor, pela sua extrema raridade, é, na verdade, incalculável.

Antes do «Azemel» apenas existiram três jornais no país: «A Gazeta», em Lisboa, em 1641, a «Gazeta literária», em 1761, e o «Diário Nacional», do Porto, em 1820, pelo que o nosso «Azemel» situa-se, quanto ao seu aparecimento, em relação a toda a imprensa portuguesa, em quarto lugar.

Num meio tradicionalista, miguelista, como era o de Guimarães daquele tempo de violentas lutas fratricidas, «uma publicação destas, numa época revolta, precursora dos sequestros, dos processos e da força (conforme narra o Dr. Avelino da Silva)

e em que o manejo do cacete era fácil nas ruas tortuosas e então escuras de Guimarães, o «Azemel» dá a medida da coragem de todos os que se agremiaram à sua volta».

Depois do «Azemel Vimaranense», só decorridos 34 anos surge novo periódico nesta Terra, sob o título de «Tesoura de Guimarães», em 1856, também defensor fogoso do credo liberal.

A seguir, e no mesmo ano, vem o «Vimaranense».

De todos os títulos de periódicos de Guimarães é, sem dúvida, o de «Vimaranense» aquele que maior número de vezes aparece, talvez pelo seu sabor local, pela reprodução do nome dos filhos desta Terra.

Com este título apareceu pela primeira vez o «Vimaranense» em 1856. Em 1891 surge outro periódico com a mesma denominação, sendo seu proprietário Augusto dos Santos Guimarães, e em 1915 novo semanário com o mesmo título de «Vimaranense» vem à luz da publicidade, agora sob a direcção de Custódio dos Santos Lima, sendo seu principal orientador o cônego José Maria Gomes.

O «Vimaranense» de 14 de Julho de 1856 noticia a ascensão ao cargo de Governador Civil do Distrito de Braga de um filho de Guimarães, o Conde da Azenha, e embora o jornal militasse em campo político oposto ao do Conde, não sentiu relutância em perfilhar o programa do chefe do distrito.

E até nós, neste ano de 1953, gostosamente recordamos o ideário traçado pelo Conde da Azenha, governador civil do distrito de Braga em 1856, e apontamo-lo como directriz governativa para os dias de hoje.

Dizia o Conde da Azenha: «lançando ao esquecimento as nossas incessantes discórdias, as nossas desavenças partidárias, essa lide viva de funestas oscilações que nos tem feito perder tempo e vidas preciosas, e nas quais lutas todos erramos mais ou menos, é chegada a hora em que generosamente nos abracemos ante um dos mais sublimes sentimentos — ante o culto da Pátria».

*

Em 1872 começa a publicar-se a «Justiça de Guimarães» cujo programa é traçado nestas palavras altissonantes:

«A Justiça de Guimarães é pendão humilde, mas corajoso, erguido em frente do direito e do escárnio da lei. Surge em socorro dos desgraçados e para defesa dos oprimidos». E mais adiante continua: «as armas deste jornal são leis e descobertas: são os factos escandalosos, avultando perante a abominação pública».

Vejamos a causa do aparecimento deste jornal.

Assume o lugar de Juiz da nossa Comarca o Dr. Henriques de Sousa Seco que, no exercício das suas funções judiciais, posterga os imperativos da lei, faz do direito letra morta, dando largas às suas arbitrariedades. Imediatamente cinco bacharéis em direito, Drs. Rodrigo Teixeira de Meneses, José da Cunha Sampaio, Jerónimo e João Pereira Leite de Magalhães e Couto e Avelino da Silva, lançam à publicidade o jornal «Justiça de Guimarães», com o propósito decidido de atalhar as prepotências do magistrado iníquo.

Tudo ferve de indignação. «Justiça de Guimarães» verbera afoitamente as decisões injustas do Juiz Henriques Seco. Este magistrado cobra nos inventários orfanológicos emolumentos exorbitantes.

O Presidente da Câmara Municipal daquela época, Dr. Avelino da Silva Guimarães, numa manifestação de nobreza e alta compreensão da sua função de paladino dos interesses vimaranenses, imediatamente levanta a sua voz de protesto e de indignação contra o Juiz, em nome dos órfãos «sem mãe nem pai», como ele afirmava.

O Juiz Henriques Seco, a título de injúrias e difamações, suspende o advogado Dr. Avelino da Silva Guimarães que recorre para a Relação desta decisão injusta.

Francisco Martins Sarmiento, espírito nobre e sempre pronto a secundar todas as causas justas, acoima o juiz de violador da lei e apoda-o de insulto

escarnecido à civilização desta época, exigindo a retirada do Juiz Henriques Seco desta comarca.

Bento Cardoso, figura nobilíssima de advogado, jurisconsulto de renome, abandona o Tribunal como manifestação de protesto contra as arbitrariedades do julgador.

Honra e ornamento do foro vimaranense, advogado de nome em todo o país, Bento Cardoso, causídico de nobres sentimentos, deixou de ir ao Tribunal enquanto lá estivesse tal juiz, privando assim os povos deste concelho da eficaz tutela de tão distinto jurisconsulto.

Os advogados da comarca não se prestam a subserviências impróprias da sua nobre profissão e unem-se numa clamorosa afirmação de solidariedade contra os desmandos do juiz.

Este tinha-se locupletado no inventário por morte do marido de D. Antónia Angelina Pereira Leite de Magalhães e Couto, cobrando emolumentos exorbitantes, e, após recurso para a Relação, foi forçado à reposição da importância que a mais cobrou.

Os pequenos patrimónios ao passarem pela feira dos inventários cujas despesas não podiam pagar sem recorrer aos usurários, ficavam financeiramente abalados.

Contra a vontade do juiz vingativo o Dr. Ave-lino da Silva Guimarães, por determinação da Relação do Porto, volta a ocupar o seu lugar no foro vimaranense. Nesse dia a música percorre as ruas da cidade em sinal de regosijo e o povo aclama o seu presidente do Município e ilustre advogado.

Que lição de nobreza, de pundonor deram os advogados de Guimarães em face da arbitrária actuação do Juiz de Direito daquela época!

Era assim a alma vimaranense: sacudida e forte, orgulhosa e nobre.

Quando o juiz, numa atitude de defesa, se confessa, em telegrama enviado para Lisboa, vítima do predomínio duma família, logo aqueles cinco bachareis assumem, numa só voz, a responsabilidade pela campanha desenvolvida.

E, em todos os números da «Justiça de Guimarães» se repetem, em tipo destacado, as acusações

dirigidas contra o juiz, apontando o campo de incidência das suas injustas decisões.

Vamos reproduzi-las, a título de curiosidade:

Acusamos o juiz Seco de haver proferido por ódio uma sentença injusta.

Acusamos o juiz Seco de perceber com malícia emolumentos indevidos.

Acusamos o juiz de haver trancado uma promoção do Ministério Público sem prévia audiência sua.

Acusamos o juiz Seco de usurpar as atribuições do tribunal superior, atribuindo-se o direito de conhecer da competência e legalidade dos recursos.

Acusamos o juiz de haver abusado da sua autoridade, coagindo o escrivão a não receber uma carta testemunhável.

Acusamos o juiz Seco de fazer as inquirições em sua casa, com as testemunhas à porta da rua.

Acusamos o juiz Seco de privar as partes dos seus advogados nas audiências de julgamento.

Acusamos o juiz Seco de não cumprir um acórdão da Relação.

Acusamos mais o juiz de continuar a perceber das licitações emolumentos de praça, com manifesta subversão da disciplina judiciária.

E, em todos os números da «Justiça de Guimarães» se repetiam estas acusações numa manifestação de hombridade digna de relevo.

Era a reinação da anarquia no foro vimaranense. Aos actos tumultuários do magistrado, em que a arrogância do homem substitui o prestígio do cargo, responde a voz da dignidade ofendida.

O exemplo de Bento Cardoso é secundado pelo Dr. José da Cunha Sampaio. Novo ainda nas lides forenses, mas tendo já grangeado distinta reputação pela robustez do seu talento, pela elevação e lealdade do seu carácter, dá-nos também um exemplo de pundonor e nobreza de sentimentos, reagindo contra as prepotências do Juiz Seco. Este magistrado escolhe o jovem advogado como uma das vítimas da sua irascibilidade assanhada, mas o Dr. José da Cunha Sampaio acaba por se ausentar do Tribunal, a que preside o Juiz Henriques Seco.

O caso do tesouro encontrado na quinta de Al-dão também foi alvo de grande discussão.

A 7 de Março de 1871 o administrador do concelho apreendeu 793 peças de ouro, de 4.800 rs., aos criados de José Martins da Costa, os quais encontraram e esconderam, sem nada dizerem a seu amo, aquele valioso tesouro.

Feitas as apreensões, o juiz avocou o processo, considerando o tesouro como herança jacente. Imediatamente José Martins da Costa requereu para a autoridade administrativa prosseguir com o processo, requerimento que o juiz indeferiu. Deste despacho houve agravo, chegando o processo a ser objecto de um acórdão, assinado pelo Visconde de Seabra, autor do vigente Código Civil, que considerou o tesouro affecto à autoridade administrativa e repeliu a qualificação de herança jacente dada pelo Juiz Seco. Este magistrado teve, por fim, de curvar-se ante a contumácia dos redactores da «Justiça de Guimarães».

Ciosos da sua dignidade, actuaram enérgica e nobremente, numa revelação de grandeza de ânimo denunciadora do alto quilate da alma vimaranense: sacudida, corajosa, digna e alevantada.

Ainda que vindas de lugares de proeminência, sempre às afrontas a gente de Guimarães reagiu enérgica e altivamente, a atestar um sentimento de dignidade que, ao longo da história, nos imprime um carácter inconfundível.

Mas se quisermos admirar a uníssona vibração da alma vimaranense num movimento de desafronta forte e decidido, desdobremos as páginas frementes de bairrismo do «28 de Novembro», semanário publicado em 1885. «A redacção era em casa do Dr. Francisco Martins Sarmiento e a colaboração confiada a um grupo de vimaranenses, briosos detentores da velha raça que tinha por brasão a divisa de Sá de Miranda

... um só parecer,
um só rosto e uma fé,
antes quebrar que torcer,

e que traduziam fielmente os sentimentos da alma do povo de Guimarães, por sua inquebrantável ener-

gia de carácter e por sua tenacidade de esforços no cumprimento dos deveres cívicos». Essa ala de patriotas, conta «O Labor da Grei», de que faziam parte Adolfo Salazar, Dr. Alberto da Cunha Sampaio, Dr. António Coelho da Mota Prego, Dr. Avelino Germano da Costa Freitas, Dr. Avelino da Silva Guimarães, Conde de Margaride, Domingos Leite de Castro, Dr. Joaquim José de Meira, Dr. José da Cunha Sampaio e Dr. Francisco Martins Sarmiento, soube reagir, acordar e ressuscitar todo o nosso amor pátrio.

Guimarães bramiu numa onda de indignação que avassalou toda a comunidade, ante a grave ofensa à honra vimaranense.

Ao lado do «28 de Novembro» ergue-se, altivo e pundonoroso, «O Entusiasta», a defender o nome da nossa Terra sèriamente conspurcado.

«O Entusiasta» reúne outro grupo de vimaranenses briosos, do qual faziam parte: Álvaro da Costa Guimarães, Eduardo Manuel de Almeida, Francisco Teixeira de Aguiar, Jerónimo de Castro, João António Afonso Barbosa, João Dias de Castro, Luís Dias de Castro, Manuel Pinheiro Caldas Guimarães, Manuel Pereira Basto, Rodrigo José Leite Dias, Simão da Costa Guimarães, etc., etc.

Narremos em breves traços, a origem desta veemente manifestação de desafronta.

O Conde de Margaride, o Dr. Joaquim José de Meira e José Martins de Queiroz Minotes, como procuradores de Guimarães à Junta Geral do Distrito de Braga são apupados, apedrejados e enlameados nas ruas da cidade de Braga por uma multidão calculada em duas mil pessoas, perante a indiferença, o alheamento, a passividade das autoridades bracenses. Esta manifestação afrontosa não irrompeu espontânea, mas foi prèviamente preparada, pois a notícia da sua organização correu célere pela cidade de Braga muitas horas antes do seu desfecho. A ausência das autoridades de Braga no momento em que os procuradores vimaranenses eram enxovalhados não tinha justificação, foi acintosa.

A indignação do povo de Guimarães em face de tão insólita ofensa, atingiu o rubro.

Além disso, os procuradores vimaranenses não tinham tentado ferir quaisquer interesses bracarenses.

Discutia-se na Junta Geral do Distrito de Braga a criação dum curso complementar de ciências no Liceu daquela cidade, mercê do concurso financeiro dos diversos concelhos do distrito. Os procuradores não tinham ainda emitido opinião definitiva sobre a criação de tal curso. Ponderavam-se apenas as possibilidades da sua criação e manutenção.

Os procuradores vimaranenses afirmaram que Guimarães só era convidada para contribuir, mas sempre esquecida para receber.

Foi o bastante para contra eles se concitar o furor da turba. Durante sete horas campearam os desordeiros pelas ruas de Braga, sem qualquer reacção das autoridades, denegrindo o nome de Guimarães.

Foi na Rua da Ponte, quando regressavam à sua Terra, que os nossos procuradores foram alvo directo de todas as armas de arremesso, chegando o cocheiro da carruagem que conduzia o Dr. Joaquim de Meira, Conde de Margaride e José Minotes a ser colhido por algumas pedradas.

Na assuada aos nossos procuradores, narra Martins Sarmento, os ferreiros da Rua da Ponte arriscaram-se a ficar sem os martelos, os sapateiros sem as formas, as mulheres sem as panelas, tudo isto por causa da química, da física que haviam de ser ensinadas no Liceu.

Deste histórico incidente resultou o movimento de União ao Porto, unânimemente secundado por todas as classes sociais de Guimarães.

O 28 de Novembro, dia da assuada aos procuradores, foi num sábado; no dia seguinte, domingo, realizou-se em Guimarães um comício de protesto contra esta afronta à nossa Terra.

Preside o barão de Pombeiro, secretariado por Gaspar Lobo de Sousa Machado e João Pinto de Queiroz.

Fala em primeiro lugar o Dr. Joaquim José de Meira e o Conde de Margaride lê em seguida um telegrama do Governador Civil de Braga, Marquês de Valadas, informando que vai proceder a rigorosas investigações.

A multidão que assistia ao comício, fremente de amor bairrista, responde ao telegrama do Governador Civil de Braga com este brado unísono: É tarde! É tarde!

Cessaram as divergências políticas, acabaram as retaliações e todos os vimaranenses se unem numa só frente para desafrontar o nome sagrado desta Terra.

O administrador do Concelho e o seu substituto imediatamente pedem demissão dos cargos.

A colónia vimaranense no Porto associa-se entusiasticamente às manifestações de protesto.

João Franco, deputado por Guimarães, desloca-se a esta cidade e toma parte num comício em que se pede a anexação do concelho de Guimarães ao distrito do Porto. São oradores, além do deputado João Franco, o Dr. António Coelho da Mota Prego, Dr. Avelino da Silva Guimarães e o Abade de Tãgilde.

Na Câmara dos Deputados João Franco apresenta o projecto de anexação de Guimarães ao Porto, precedido dum breve mas expressivo preâmbulo, justificativo da sua proposta, que não chegou a ser aprovada.

Paladino intemerato das nossas mais queridas pretensões, João Franco, insigne estadista, conquistou um amigo acérrimo em cada vimaranense.

Quando João Franco volta a Guimarães, depois da sua brilhante actuação na Câmara dos Deputados, em defesa dos interesses desta Terra, é aqui recebido por mais de vinte mil pessoas que o vitoriam e aclamaram entusiasticamente.

As ruas engalanaram-se vistosamente e as sacadas apresentaram-se com ar festivo.

E nos pequenos escudetes que adornavam uma das ruas da cidade podia ler-se esta legenda expressiva: A Franco Castelo Branco gratidão!

À noite, no Palácio da Condessa de Vila Pouca, foi oferecido a João Franco um grandioso banquete pela Associação Comercial.

Era assim a alma vimaranense: fremente de amor, vibrante de indignação ante as afrontas, ciosa dos seus pergaminhos, intemerata na defesa do nome de Guimarães.

Quando as senhoras bordaram a oiro, por ocasião do conflito bracaro-vimaranense, sobre a seda da bandeira de 28 de Novembro, o verso de Sá da Bandeira

Antes quebrar, que torcer

não traduziam concisamente o estado daquela questão, mas exprimiam em sete sílabas a alma vimaranense tal como ela é, tal qual foi ontem, tal qual será amanhã. Alma de rija têmpera, que os infortúnios do mundo podem partir mas nunca vergar, altiva sem soberbia, nobre sem orgulho, trabalhadora sem cansaço, a alma vimaranense é ainda hoje a mais legítima e menos degenerada representante da antiga alma portuguesa que cimentou a nossa independência com D. Afonso Henriques.

Do 28 de Novembro ficou apenas a lição de dedicação de João Franco a esta Terra, pois o rancor à cidade vizinha há muito se esvaíu e perdeu como no ar se perde e esvai um fumo a princípio muito negro e muito denso.

*

Mudemos de tom e vejamos outros aspectos do jornalismo vimaranense.

Também a irreverência da mocidade por vezes se manifestou em algumas folhas avulsas, sacudidas e contundentes, que chegaram a produzir efeitos revulsivos sobre o embiocado meio vimaranense.

Assim a «Parvónia», publicada em 1895, com a colaboração do Diabo e do Diabinho.

Sob o pseudónimo de Diabo, Satan, Lusbel, ocultava-se o espírito fulgurante do Dr. João de Meira, que a morte cedo arrebatou, quando muito ainda havia a esperar da sua prodigiosa cerebração. Na «Parvónia» João de Meira dá largas à mordacidade do seu espírito.

O Diabinho era António Garcia de Sousa Ventura, que seguiu a carreira da Marinha de Guerra onde chegou a ocupar os mais elevados cargos.

«Parvónia» era bisturi afiado a escarpelizar os tumores, as podridões da sociedade de então.

Dizia João de Meira no primeiro número da sua folha: «A lanceta está aqui, é esta caneta de dez réis que há-de, por vezes, perfurar couros, no louvável intuito de fazer pus».

«Eu que vos escrevo, (*continuava Meira*), sou o Diabo, o Anjo rebelde, que ousou erguer a face ante Jeovah, que não reconhece soberanias, que tombou vencido, mas nobre.

Enfim, nós somos os rebeldes, a quem este calor de Agosto, que destila em suor as carnes moles da burguesia e lhes põe os membros numa lassidão mórbida, nem intimida nem enfraquece, que nos propomos em dois meses de troça mansa estourar a pontapés tudo o que for repositório de porcaria e de ignomínia».

«Parvónia» era tribuna crítica, de aguda contun-dência, em que Diabo e Diabinho se propunham esvurmar todas as chagas sociais que então empes-tavam o meio vimaranense e destruir os seus bafien-tos costumes. Era meritória a actividade jornalística da «Parvónia». As suas farpas, mordazes e sarcásti-cas, tinham por escopo a higienização do meio.

Das suas aljavas bem providas, João de Meira e Sousa Ventura, encobertos sob os pseudónimos de Diabo e Diabinho, frechavam de diatribes as pacovi-ces do burgo.

A burguesia vimaranense sentiu-se ferida na sua conspícua dignidade pela juvenil rebeldia desta folha iconoclasta.

A folha, porém, prosseguia impávida na sua ver-rinosa actuação de lavar o ambiente infestado de sórdidos lugares-comuns.

Surge, porém, um doloroso acontecimento que obriga a «Parvónia» a suspender a sua acção escal-pelizadora e a prestar comovida homenagem a um Homem que pela sua conduta moral, dedicação à Terra e portentosa cultura era alvo da unânime admiração dos vimaranenses.

Foi a morte de Martins Sarmento. Então a «Parvónia» de João de Meira suspende o arremesso das suas setas ervadas e curva-se reverente perante o passamento do sábio arqueólogo.

Diz então o Diabo:

«Se até aqui a Parvónia tem sido agressiva, ervada de ditos irritantes, é que os dois rapazes, que lhe traçavam as prosas, não tinham achado ainda, em seu caminho, um daqueles homens diante dos quais os bons se curvam sinceros e reverentes. Hoje, por motivo da morte de Sarmento, depomos um momento a pena que traça verrinas e diante do sábio, cujo cérebro se paralizou, descobrimo-nos humildes, compreendendo bem que a verdadeira nobreza não é a que se herda de avós sanguínários ou se conquista num campo de batalha, mas a que se adquire buscando a verdade.

Que seja permitido à hilaridade da folha este parêntesis triste.

Ninguém estranhe que nós, (*continua João de Meira*), tendo passado a rir da humanidade vã, paremos um pouco para deixar cair, entre dois sarcasmos arremessados à turba dos cretinos, uma palavra de respeito sobre a pedra de um sepulcro».

Estas palavras de João de Meira, repassadas de profunda emoção, são índice da nobreza do seu carácter e da elevação do seu pensamento.

Na «Parvónia» Meira manifestou já o seu espírito brilhante, que mais tarde, chegada a fase da maturação, havia de produzir alguns trabalhos que são autênticas obras-primas sobre a história vimaranense. A sua dissertação para lente da Faculdade de Medicina do Porto, premiada com a classificação máxima de 20 valores, verdadeiramente notável, é um amplo estudo acerca da história, demografia e nosografia do concelho de Guimarães.

Nesta tese faz o Dr. João de Meira a demonstração de que o problema minhoto é o problema da miséria: miséria do corpo por falta de alimento e miséria de espírito por falta de instrução.

Esta dissertação inaugural encerra elementos preciosos para o estudo da história vimaranense.

O Dr. João de Meira prestou também larga colaboração ao «Independente», semanário vimaranense publicado desde 1901 a 1911. No número deste jornal dedicado a Sarmento, mais uma vez João de

Meira aproveita a oportunidade para prestar a sua homenagem ao glorioso arqueólogo.

Diz João de Meira: «Eu não devia, fraco de engenho e apoucado de mérito, carecido de ciência que me ajude e de talento que me recomende, ser o primeiro a assinar a homenagem que à memória de Martins Sarmento presta hoje o «Independente»; mas ao tomar sobre mim este encargo (que às primeiras linhas já começo a sentir pesado) não fui sondar a minha competência sobre tal aspecto; botei tão somente os olhos à admiração e achando-a incomensurável, com tal diploma me apresento aqui, seguro de que ninguém legitimamente poderá disputar-me em veneração e respeito ao Grande Mestre».

Alfredo Pimenta, ao enumerar os vultos mais notáveis da nossa história literária coloca, logo a seguir a Martins Sarmento, a figura prestigiosa do Dr. João de Meira, concedendo-lhe tão honroso lugar pela agudeza do seu espírito, pela lucidez das suas deduções, pela sua paciente investigação, sem com isto pretender diminuir Alberto Sampaio, Abade de Tágilde, e tantos outros.

Foi um vimaranense de alma e coração. «Amou a sua Terra, (*diz Alfredo Pimenta*), com um amor ciumento e devotado, não hesitando em dizer-lhe as verdades e criticá-la, quando era preciso».

Dos inúmeros predicados que exornavam o seu carácter, distingue-se, sobressai a sua coragem moral. Venceu sem lisonjear e nunca a sua pena hesitou em proclamar a verdade, ainda que ferisse quaisquer susceptibilidades.

A sua acção ainda é mais digna de exaltação e louvor, quando nós repararmos, como nota Alfredo Pimenta, no que era a Guimarães desse tempo — «bisonha, receosa, abafada, como que por assim dizer ignorando a vida para além do Cavalinho e do Proposto, do Cano e do Costeado, olhando só para dentro de si e considerando estrangeiro tudo o que não pautava a sua vida pela vida dela».

Na mesma esteira de rebeldia e irreverência surge, decorridos três anos após a publicação da «Parvónia», nova folha de crítica escarpelizadora do meio vimaranense.

Intitulava-se o « Burgo Podre », e também como a « Parvónia » era redigido por dois jovens vimaranenses de fulgurante talento: Eduardo de Almeida e Alfredo Pimenta.

Novamente a pena candente destes escritores retalha as manifestações de cretinice da burguesia local, mas esta reage e propõe-se asfixiar a folha verrinosa destes jovens insubmissos.

« Burgo Podre » responde:

« Chicoteem-nos a valer, retalhem-nos as carnes, a tangateadelas bem zurzidas, façam espirrar da nossa pele quente de sol, sangue, muito sangue, capaz de saciar toda a sede de vingança dos vossos rancores, sangue em abundância que regue as flores do jardim, que murcharão porque temos na alma o veneno maldito.

Venham todas as classes mais nobres e a mais baixa ralé, ver o castigo duns malvados que ousaram, na Terra de Guimarães, dizer a verdade, apregoar a verdade, imprimir a verdade.

Venham, venham! E puxem com alma os chicotes, azorraguem, malhem, cevem-se nas nossas carnes roxas e trituradas.

Eh Fartar! Vilanagem!»

No seu livro « Páginas Minhotas », feixe de aguarelas em que os costumes e os tipos da nossa Terra se retratam com viveza e alacridade, Alfredo Pimenta alude ao « Burgo Podre » nestes termos: « Era um panfleto em prosa e verso: a prosa escrevia-a ele (Eduardo de Almeida); os versos, escrevia-os eu. Dezasseis páginas tremendas, irreverentes, sacrílegas, com que nos propunhamos dinamitar o burgo, purificar o Céu, e alimpar as almas, e lavar os corpos dos nossos conterrâneos.

Convencidos de que a verdade só a possuíam os nossos espíritos de 20 anos ansiosos, e a justiça estava nas nossas bocas frementes — nada nos demoveu, nem a consideração que nos devia merecer o lar familiar, todo impregnado de tradições e preconceitos, nem o receio de alguma reacção contundente. Nada. E uma tarde, ali, nas bochechas de D. Afonso estatuaado, diante do Burguês mais pasmado do que indignado — bumba! as 16 páginas do Burgo Podre

estalarão como chicotadas coléricas, juvenalescas e voltaireanas . . .

D. Afonso, Rei hercúleo, não se mexeu; o burguês continuou a fazer, tranquilo, o seu quilo depurador e reconfortante; e nós olhamos um para o outro, a rir.

Ainda deitamos cá para fora outras 16 páginas. Mas breve reconhecemos que o mundo não valia o nosso esforço — nem a indignação das minhas rimas, nem a ironia causticante da sua prosa. E passamos a pensar noutras coisas».

Mas a par destas folhas de crítica verrinosa, acerba e contundente, outras surgem de prosa suave e meiga, terna e doce.

São os periódicos dedicados às damas vimaranenses, plenos de galantaria, de graciosidade e de românticas evocações de perfis femininos. Entre estes periódicos sobressai, pelo seu elevado valor literário «Ala-Moderna», publicado em 1903, sob a direcção de Alfredo Guimarães.

Todos os números de «Ala-Moderna» apresentam valiosa colaboração, tanto em prosa como em verso.

Arnaldo Pereira, um dos vates mais inspirados da galeria dos poetas vimaranenses, ostenta na «Ala-Moderna» poesias de requintado valor. Albano Belino, Alfredo Pimenta também contribuíram para a beleza literária que este quinzenário atingiu.

«Bijou», outra publicação literária, apresenta colaboração de Leão Martins, e na «Pérola», dedicado às damas vimaranenses aparecem com frequência versos de Delfim Guimarães.

A «Jóia», publicação literária de 1887, apresenta lindos versos de Bráulio Caldas.

Permiti que eu respigue da «Jóia» esta poesia de Bráulio Caldas sob o título de *Teu rosto*, que bem nos dá prova do seu temperamento de verdadeiro poeta:

O teu rosto é tão alvo, tão brilhante,
Fica tão bem junto ao cabelo loiro,
Que eu comparo-o a um grande diamante
Engastado numa mantilha de oiro.

Às vezes, quando a tarde, suspirando,
Doira o azul co'as tintas do arrebol,
Fito o teu rosto e o sol e, vacilando,
Não sei se o sol és tu, se tu um sol.

Faleceu em 1905, mas o seu estro inspirado está, por iniciativa do seu amigo Jerónimo Sampaio, evocado no alto da Penha, em placa de bronze, incrustada no granito, onde os seus versos murmurejam, como fio de água, para dessedentar os sequiosos de beleza literária.

Falei em Bráulio e Sampaio e estes dois nomes sugerem as «Festas Nicolinas», tema jornalístico de saudosas evocações. Ressurgidas em 1895, por uma comissão de que era presidente Alberto Cardoso Martins de Menezes, (Margaride), vice-presidente Fernando Lindoso, 1.º secretário Jerónimo Sampaio, tesoureiro José de Pina, são as «Festas Nicolinas» enternecidamente evocadas em 1920, pelos «Velhos», tendo sido publicado um jornal, número único, com esta designação, composto e impresso na Tipografia Minerva Vimaranesense aos oito dias do mês de Dezembro daquele ano de 1920, sob a direcção do então capitão do Exército, Snr. Mário Cardozo, e do P.º Francisco da Silva, missionário.

O jornal é dedicado por «Os Velhos», aos estudantes de 1920, para que, lendo estas páginas de Saudade e de incitamento, aprendam, nos que têm cabelos brancos, como se luta e como se vence a rir, a cantar e a chorar...

Para essa festa nicolina de 1920, compôs o P.º Gaspar Roriz o «Auto da Saudade».

Dizia o mavioso poeta P.º Gaspar Roriz no seu «Auto da Saudade»:

..... A gente não atende
Ao facto que se dá na vida que decorre:
A gente vai andando, a gente vai morrendo,
Mas o coração... esse, oh! nunca, nunca morre!
Vamos, pois, a viver um pouco do passado,
Vamos pedir à vida um pouco de calor,
Vamos retroceder ao tempo bem amado
Do riso, do prazer, dos sonhos bons d'amor!

E, nesse número de «Os Velhos», as «Festas Nicolinas» ressurgem, através das penas dos seus

colaboradores, num estilo de opulências verbais, nimbadas pelo clarão da saudade.

O Dr. António do Amaral recorda os nicolinos já falecidos: «Oxalá fora possível aos «Velhos» que ressuscitaram as festas de S. Nicolau em 1895 fazerem ressurgir também quantos nelas colaboraram com o fulgor do seu talento, com a alegria própria do seu temperamento e com o amor às tradições desta terra que tanto nobilitaram».

Jerónimo Sampaio, o pregoeiro de 1895, recorda a sua ida a Vizela, ainda o sol não tinha surgido no Alto da Penha e à hora a que o sino da igreja de S. Paio estava a chamar os fiéis para a missa das Almas, a solicitar de Bráulio Caldas os versos para o «Pregão».

E acrescenta: «O querido Bráulio, o Bráulio perante quem neste momento a minha alma ajoelha saudosa, recebe-me de encontro ao peito, e com sorriso de santo e de amigo puríssimo acedeu ao meu pedido».

O P.^e Francisco da Silva recorda a sua intervenção na Festa do Pinheiro.

Conta ele: «Eu, no meio dos outros, quase do tamanho de um feijão, uma carapuça vermelha na cabeça, uns bigodes ferozes de polícia, jaqueta e calça à camponeza, lá andava com uma caixa rufadeira, estralejando notas sem conta, muito senhor do meu papel.

Julgava-me o mais feliz dos mortais. Aposto que não trocava as baquetas da minha caixa pelo ceptro do maior potentado da terra».

Mário Cardozo descreve assim as Festas Nicolinas:

«A poeira dos séculos, a pátina do tempo marcou a festa invulgar e característica, impregnando-a de curiosos simbolismos, numa simplicidade encantadora. Oferecer a mãos delicadas de mulher, na ponta dum lança, um pomo corado como um pequenino coração ardente, é, sem dúvida, uma ideia original, que envolve um pouco a própria vida, numa expressão inconfundível e manifesta deste nosso atávico sentimentalismo lusitano. As almas de Gil Vicente e Bernardim flutuam por vezes sobre a festa.

Nas danças e pregão há a loquacidade satírica e amorosa dos velhos autos. Guimarães é uma cidade

antiga, cheia de belas tradições: as festas de hoje não desmentem a sua antiguidade senhorial».

Este jornal de «Os Velhos» tem ainda a esmaltá-lo passos dos pregões de Bráulio, do Dr. João de Meira, do P.^o Roriz, de Arnaldo Pereira, de Delfim Guimarães, de Leão Martins e de Jerónimo de Almeida.

Este número único de «Os Velhos», de entusiástica exaltação e de enternecida evocação de uma das mais belas tradições da nossa Terra, vale mais do que a colecção inteira de muitos periódicos, enfeudados a lutas partidárias, sempre estéreis e dissolventes.

Outro número único, digno de apreço e honrosa menção, é a «Apoteose», jornal comemorativo da inauguração da estátua de D. Afonso Henriques, em 1887.

Guimarães, e por seu intermédio, a própria Pátria, salda uma dívida de gratidão para com o Fundador da Nacionalidade, levantando a estátua de D. Afonso Henriques, que o génio de Soares dos Reis concebeu, num primor de estética.

A inauguração da estátua de D. Afonso Henriques foi uma eloquente manifestação do patriotismo vimezanense. Dizia um dos colaboradores da «Apoteose»:

«Guimarães já tinha, como padrão da sua glória, como pregoeiro da sua nobreza, perante os séculos, o antiquíssimo Castelo, paço do primeiro rei português, monumento que é uma relíquia do passado através das gerações; mas Guimarães quis mais, e, movida por um nobre orgulho e louvável patriotismo, acaba de levantar um monumento ao fundador da monarquia, rebrilhando de galas pomposas e manifestando júbilos espontâneos ao inaugurar a estátua majestosa desse vulto colossal».

Deixemos por momentos a praça onde primeiro se erigiu a estátua de D. Afonso Henriques e as ruas tortuosas que nela desaguam, para elevarmos os olhos para a Penha, outro tema fecundo de belas descrições literárias dos nossos periodistas. Da Penha, dizia, por exemplo Vieira de Andrade, que foi advogado em Guimarães:

«Aquela serra, na sua excelente situação, tem a formosura nativa que lhe vem da natureza, mas vislum-

bra-se-lhe na frente dolorida a melancolia que lhe vem do abandono. Nem árvores que a espaços lhe dêem grata sombra; nem fontes que a intervalos lhe murmurem suavemente; nem um manto de verdura a cobrir-lhe a epiderme ressequida. Linda, gentil e donairoso... mas pobre e abandonada».

Dizia Domingos Leite Castro, referindo-se à Penha: «Eu lembro-me então de quanto seriam beneméritos aqueles que conseguissem encher de árvores e água os domínios da capelinha de Santa Catarina».

Dos jornais dedicados àquela formosa montanha é de justiça destacar a «Aurora da Penha», de 1887. Os colaboradores deste jornal traçam vibrantes panegíricos à sua Serra.

Ouçamos Albano Belino: «A Penha tem lugares sombrios e ridentes que a natureza produz e a arte aperfeiçoa e onde os poetas poderão vibrar a lira na inspiração dulcíssima dos seus encantos». Outro entusiasta da Penha, Albano de Sousa, exclama: «Como és formosa, ó altiva Penha! Tens penedos que donairosamente te engrinaldam, e, no espaço que abranges, o surpreendente panorama de inúmeras campinas».

Agora o P.^e Roriz:

«Quando a natureza, de mãos dadas com a arte, se ostentar risonha no cume da Serra de Santa Catarina, e nos convidar a gozar ou o fresco das suas grutas ou a sombra dos seus arbustos, nós, extasiados perante aqueles rochedos, que parece quererem elevar-se até ao infinito, admiraremos mais uma vez a grandeza de Deus, e numa prece fervorosa manifestaremos a nossa admiração!»

Seria um nunca mais acabar se pretendesse tocar, mesmo só pela rama, em tantos temas de exaltação bairrista agitados pelos periodistas de Guimarães.

As «Gualterianas» de João de Melo, de Eduardo Manuel de Almeida, de João Gualdino Pereira, de João Rodrigues Loureiro, de José de Pina, de António Pereira de Lima, de todos aqueles, em suma, que sentem estuar nas veias o amor por Guimarães, quantas páginas, que somam volumes, de exaltação local, têm propiciado, em que o nome da nossa Terra ressurgue aureolado de glória. Vários números, de distribuição grátis, do «Gualteriano», viram a luz da

publicidade, como cartaz gritante das nossas Festas de Agosto.

Dado este rápido bosquejo do nosso jornalismo crítico, literário e regionalista, impõe-se também uma breve digressão através do nosso jornalismo político. Uns militavam no partido progressista, outros no regenerador. Daquele partido de José Luciano de Castro tivemos o «Progresso», em 1889, dirigido por Abílio Coutinho.

Nos últimos anos da Monarquia, em 1908, com a subida ao trono de D. Manuel II, começa a publicar-se nesta cidade «O Regenerador» sob a direcção do brilhante jornalista que foi o P.^e Gaspar Roriz.

Nas polémicas travadas teve o P.^e Roriz ocasião de afirmar o seu pujante talento, servido por um estilo vernáculo, castiço.

Paladino da política dos regeneradores, o P.^e Gaspar Roriz frechava de epigramas, no seu estilo incisivo, os progressistas de José Luciano.

Estava, então, na presidência da Câmara Municipal de Guimarães o P.^e João Gomes de Oliveira Guimarães, Abade de Tãgilde, a quem o P.^e Gaspar dirigia críticas acerbas.

No seu número de 4 de Dezembro de 1908 o «Regenerador» noticia o falecimento do Dr. Alberto Sampaio, homem que, depois de Sarmiento, foi a mais lídima glória da nossa Terra nas lutas da pena e na cultura da ciência.

E a terra onde este homem era menos conhecido, informa «O Regenerador» em 1908, na hora do seu passamento, era talvez a terra onde ele nasceu, Guimarães, que ele ilustrou e honrou com um nome que o país declina com veneração e respeito.

Exerceu o único cargo de guarda-livros do Banco de Guimarães, onde todos o respeitavam, pela bondade do seu coração, pela limpidez do seu carácter e pelo seu profundo saber.

Hoje podemos afirmar afoitamente e com certo desvanecimento que aquele abandono a que Alberto Sampaio estava lançado pelos seus contemporâneos foi reabilitado pela geração de hoje.

O seu nome fica a partir deste ano perpetuado pelo talento do escultor António de Azevedo em

monumento condigno e desde há 25 anos que o seu nome é patrono de um grandioso Museu, verdadeira glória da nossa Terra.

Ao «Regenerador» do P.^e Roriz opunha-se, no campo republicano, o «Comércio do Norte» dirigido nos seus primeiros números por João Pereira Mendes, há pouco falecido e do número 4 em diante por Domingos Pereira Mendes.

Todos os números deste periódico ostentam um artigo de fundo do Dr. Eduardo de Almeida, naquele estilo que lhe é próprio, de traço inconfundível, e de conteúdo denunciador das influências da filosofia positivista que tinha em Augusto Comte o seu pontífice máximo.

O número 18, de Fevereiro de 1909, do «Comércio do Norte» anuncia com pesar a saída de Guimarães do advogado e escritor Dr. Eduardo de Almeida que, de parceria com o Dr. Alfredo Pimenta resolve abrir escritório forense na cidade do Porto. No entanto, continua a honrar aquele semanário com os seus valiosos artigos de fundo. Colaboram também neste jornal os Drs. António Amaral e Alberto Rodrigues. Com o advento da República recrudescer a actividade jornalística. A nossa Terra transforma-se em campo fértil de entusiásticos defensores do ideal republicano.

«Alvorada» de A. L. de Carvalho, «A Velha Guarda» de Mariano Felgueiras, o «Republicano» de Eduardo de Almeida, «Razão», de Filipe Coelho, o «Povo de Guimarães» etc., etc.

No campo político oposto surgem jornais monárquicos como «Ecos de Guimarães», de João Rocha dos Santos, e mais tarde de João Pereira da Costa, «Gil Vicente», de D. José Ferrão, tendo como secretário Manuel Alves de Oliveira, e o «Lusitano», onde Alfredo Pimenta maneja já a sua pena brilhante em defesa das ideias tradicionalistas.

O número 16, de Julho de 1912, do «Lusitano» vibra de indignação pela arbitrariedade da captura do P.^e Gaspar Roriz pelo simples motivo, informa aquele periódico, de, ao sair da igreja de S. Sebastião, onde tinha pregado um formoso sermão, deixar a descoberto a parte inferior da batina. O povo

protestou contra a prisão do P.^e Roriz e este foi solto após algumas horas de detenção.

Eram tempos de transição política e, portanto, de revoltas paixões.

Alguns nomes de periódicos daquela época apresentavam títulos sugestivos, assim o de «Castelo de Guimarães», iniciado em 1914, sob a direcção do Prior Luís Dias da Silva e cujo artigo de abertura era do então estudante de medicina Manuel Cerqueira Gomes, actualmente lente da Faculdade de Medicina do Porto. Do seu corpo redactorial também fazia parte Augusto Cerqueira Gomes, então estudante do Liceu e hoje médico ilustre em Braga.

No seu artigo de apresentação do semanário «Castelo de Guimarães» Manuel Cerqueira Gomes faz a exaltação do Cristianismo como único remédio para a crise moral em que a Nação se debatia.

Este periódico, de acentuada feição católica, também encerra colaboração do P.^e José Lopes Leite de Faria, que mais tarde foi bispo de Bragança.

Mas onde nós podemos admirar largamente o valor do Padre Leite de Faria é na «Restauração», publicado desde 1903 a 1911. A colaboração deste ilustre sacerdote dava largos volumes sobre temas teológicos, tratados com profundo saber e larga documentação, demonstrativos duma sólida cultura religiosa. Na «Restauração» o Padre Leite de Faria sustentou polémica acesa, viva, contundente com o Padre Gaspar Roriz, director do «Regenerador». A linguagem usada por estes dois ilustres sacerdotes tomou aspectos de agressiva dureza.

Em 22 de Agosto de 1918 inicia-se a publicação dum jornal sob o título «5 de Dezembro», cujo director contava apenas 11 anos de idade, precocidade mental digna de relevo.

Era Guilherme de Faria, distinto poeta vimaranense e um dos líricos mais notáveis da sua geração.

O seu jornal enfileira no número dos defensores entusiásticos da causa sidonista. Saíram 11 números. No seu último número, sob a impressão dolorosa do assassinato de Sidónio Pais, escreve Guilherme de Faria: «Neste momento verdadeiramente trágico, mais que nunca é necessária a união de

todos os republicanos sinceros, de todos os patriotas verdadeiros, em torno da bandeira da Pátria, para assim continuarmos, com patriotismo e entusiasmo, a obra grandiosa e profundamente republicana do Homem que foi o Presidente, Mártir, Herói e Santo, o maior português dos tempos actuais».

Em 1919 Guilherme de Faria retirou na companhia de sua família para Lisboa, onde morreu em 1929, com 22 anos de idade, depois de ter enriquecido a poesia nacional com alguns livros de mérito, apesar da sua morte prematura.

Em 1922 inicia a sua publicação o «Pro-Vimarane», jornal alheio às pugnas partidárias, apenas entregue à tarefa sacrossanta da defesa do progresso de Guimarães.

Nesta primeira fase de «Pro-Vimarane» sobressai a pena de Manuel Alves de Oliveira, de estilo fluente e pensamento elevado, que desde há longos anos se bate pela sua Terra, principalmente pela exaltação de Gil Vicente, em monumento condigno.

Suspenso em 1923, inicia a segunda série em 1924, sob a direcção do Dr. João de Oliveira Bastos e depois do Dr. José Pinto Rodrigues.

Foram inúmeras as campanhas desenvolvidas por este quinzenário em prol dos interesses de Guimarães.

Sempre «Pro-Vimarane» soube com nobreza e elevação defender gaihardamente a nossa Terra e ventilar os problemas que mais angustiosamente careciam de solução.

Infelizmente, já lá vão decorridos perto de 30 anos e muitos dos problemas que «Pro-Vimarane» ventilou aguardam pacientemente solução condigna.

Um dos problemas que «Pro-Vimarane» vivamente agitou foi o da criação de um 2.º juízo no Tribunal desta comarca e que só neste ano de 1953 terá realização efectiva.

Em 1927 o Meritíssimo Juiz da Comarca e o Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Guimarães expõem ao Governo a necessidade da criação de um Juízo criminal, pois o movimento da Comarca, com 849 processos por delitos e contravenções, impunha já nessa altura abertamente tal medida.

«Pro-Vimarane» alimentava esperanças no deferimento do pedido, a não ser que Guimarães continue, dizia o periódico, a sofrer as consequências da desventura que há tempos a persegue.

Afinal, a petição formulada ao Governo em 1927 só decorrido um quarto de século teve o desejado e apetecido deferimento.

Temos de lamentar a morosidade da solução dada a um problema de tão grande interesse para a vida do povo vimaranense.

Se o direito é a trave mestra da nossa civilização e dele resulta a justiça nas relações sociais, a seriedade nos contratos, a segurança dos patrimónios, a defesa dos fracos e a limitação dos prepotentes, a sua eficácia depende, para além do formalismo processual, de funcionários condignos e suficientes.

A criação de mais um Juízo nesta comarca vai contribuir para a eficiência dos serviços da justiça, serviços esses que são bens imponderáveis de cultura com que se forja a alma dum povo.

A necessidade da criação de um 2.º Juízo nesta Comarca, firmemente reconhecida e intemeratamente reclamada pelo «Pro-Vimarane» em 1927 vai, finalmente, ter plena realização, depois de decorridos 26 anos. Apesar de tardia, não devemos regatear os nossos louvores a tal medida.

A retirada do Regimento de Infantaria 20 desta cidade—eis outro tema que ao «Pro-Vimarane» mereceu especial atenção.

Com a retirada daquela unidade militar Guimarães sofreu rude golpe. A sua bandeira ostentava orgulhosamente a Cruz de Guerra que os nossos heróicos serranos ganharam com glória na conflagração europeia.

O 20 continua a ser para a alma vimaranense uma perene saudade.

Dizia o «Pro-Vimarane»: «Fica-nos um militar, um só: o 1.º Afonso, o batalhador glorioso, o condutor da Pátria; fica-nos inerte, brônzeo, a máscara enérgica de sempre, a espada invencível na mão, tal como o artista magnífico o concebeu».

Ainda hoje aguardamos, ansiosamente, a colocação de uma unidade militar nesta Terra, onde pri-

meiro se terçaram armas em defesa da independência de Portugal.

Além de outras razões de relevo, a unidade militar seria homenagem da Pátria às nossas tradições históricas e guerreiras.

Outro motivo de agitação bairrista largamente ventilado nas colunas do «Pro-Vimarane» foi a tentativa de desintegração de Vizela do concelho de Guimarães.

A nossa Terra, sempre ciosa da integridade da sua área administrativa, protestou enèrgicamente contra tal objectivo de desanexação.

No Tournal realiza-se um grandioso comício em que falaram o Dr. José Domingos de Araújo, o Presidente da Comissão Administrativa do município vimaranense, Cónego Vasconcelos, Dr. Alfredo Dias Pinheiro, Dr. João de Oliveira Bastos e Dr. José Pinto Rodrigues.

Foi grandiosa de fé, de amor e carinho por Guimarães, a imponente manifestação.

Unidos pelo pensamento de defesa da integridade do concelho esses milhares de manifestantes exprimiram enèrgicamente a sua indignação pela tentativa separatista de Vizela.

Na exposição lida na presença do Ministro do Interior afirmavam os emissários vimaranenses:

«Guimarães, terra-mater da nacionalidade, terra onde desabrocharam, tomaram vulto e se corporizaram os primeiros sonhos de glória e de conquista dos portugueses, conferiu-nos o mandato de virmos junto dos Poderes Públicos fazer sentir o seu veemente protesto e a sua profunda repulsa contra certos manejos já há tempos esboçados, que procuram visar a sua unidade, a sua integridade administrativa».

E a terminar: «Vizela é também Guimarães. Abandonando Vizela, descurando os seus interesses, Guimarães terá descurado e maltratado os seus próprios interesses».

Muitos outros problemas «Pro-Vimarane» agitou, como a necessidade de um hotel digno desta Terra, problema candente que ainda nos nossos dias aguarda solução. Também A. L. de Carvalho ventillou neste periódico com entusiasmo, com calor, com aquela dedicação que costuma imprimir a tudo aquilo que

possa envolver o prestígio e engrandecimento de Guimarães, muitas questões de palpitante interesse.

O desenvolvimento da nossa Escola Industrial, com uma feição prática e utilitária, a utilização do material técnico que ali esteve inactivo durante 35 anos, foi também tema de brilhantes colunas de prosa de A. L. de Carvalho.

Quer sob a direcção do Dr. João de Oliveira Bastos, quer sob a direcção do Dr. José Pinto Rodrigues, «Pro-Vimarane», isento de partidarismo político, foi arauto impoluto do nome de Guimarães.

Demo-nos todos, dizia o Dr. José Pinto Rodrigues, à cruzada santa de procurar tornar mais elevado, mais nobre e mais respeitado o nome sagrado da nossa Terra.

E, meditando na lição do «Pro-Vimarane» eu quedo-me a pensar se não será possível dar-mos todos as mãos numa frente única, em prol dos interesses de Guimarães, de alma lavada e consciência pura. Dizia o Dr. Alfredo Pimenta, em carta dirigida ao Director do «Pro-Vimarane»: «Em relação à vida de Guimarães não há monárquicos nem republicanos: há vimaranenses. No município só há uma política legítima: a política municipal. Guimarães não deve ser desorientada pela existência de partidos políticos e deve concentrar todos os seus esforços e todas as canseiras na solução dos múltiplos aspectos do problema vimaranense».

*

Folheei apressadamente alguns jornais vimaranenses na rebusca de elementos para poder escrever estas desataviadas linhas, mas aqueles periódicos vinculados a um partido político, depressa cansavam o meu espírito, pelo rastro de azedume que as suas colunas destilavam, pela visão toldada dos problemas que denunciavam.

O jornalismo afecto a uma corrente partidária enferma de paixões, de exclusivismos, gravita na órbita de determinadas pessoas, desagrega e enfraquece a comunidade.

Só o periodismo ao serviço da Terra, sobranceiro a pessoalismos, alheio a grupos, se aça a um

plano de elevação, de nobreza, em que os problemas locais são tratados com serena dignidade e compreensiva inteligência, com desvelado carinho e sentida devoção.

No longo rol de 131 periódicos que existiram nesta Terra, quantos e quantos se perderam numa luta estéril de desavenças políticas!

*

E chegamos aos nossos dias com a existência de quatro semanários: «Comércio de Guimarães», «Notícias de Guimarães», «Conquistador», e «Coca-Bichinhos».

O «Comércio de Guimarães», fundado em 1884, acusa uma vida jornalística de 69 anos, o periódico mais antigo do distrito. Apesar de idoso, as suas colunas ressumbram mocidade, galhardia de ânimo, sempre que é preciso descer à liça em prol duma causa justa.

O «Notícias de Guimarães», com quase um quarto de século de existência, é fruto da vontade tenaz de Antonino Dias Pinto de Castro, que identificou a sua vida com a vida do jornal.

Ambos jornais regionalistas, têm como lema a defesa dos interesses de Guimarães.

O «Conquistador», de data mais recente, 1950, tem como objectivo principal a defesa e divulgação da doutrina Católica.

Finalmente o «Coca-Bichinhos», jornal copiografado, das alunas do Colégio de Nossa Senhora da Conceição, desta cidade. Jornal educativo, pleno de graça feminina e sadio humorismo, ele é índice da boa orientação pedagógica que norteia aquele Colégio.

A esmaltá-lo, ostenta «Coca-Bichinhos» graciosa colaboração artística. Suspenso em 1951, a sua direcção quis ter a gentileza de publicar um número em Abril deste ano de 1953 para festivamente se associar a este glorioso certame da imprensa vimaranense.

Com este último número, «Coca-Bichinhos» «cobra novo alento e saltando do seu refúgio na gaveta dos papéis, vai de novo, feliz e confiado, percorrer os caminhos da graça e da saudade».

*

Não quero abusar mais da paciência de V.^{as} Ex.^{as}.
Procurei dar-vos a traços rápidos, o panorama da imprensa vimaranense, daquele periodismo em que vibra e resplandece o amor à Terra, a esta Guimarães milenária, berço da grei, altar sagrado da Pátria.

Terra de largas tradições culturais, aqui se publicaram, durante um século, 131 jornais, conforme o rol organizado pelo distinto etnógrafo Alberto Vieira Braga. E, mesmo naqueles mais açodados pela paixão política, não deixa de resplandecer, embora com algumas intermitências, o amor a Guimarães, a esta Terra em que se cultivam as mais acrisoladas virtudes da raça e onde primeiro se temperaram as almas e as armas que nos deram a independência nacional.

Podemos, na verdade, ter ufanía do nome de vimaranenses.

Guimarães é página brilhante da história, encastoadada numa paisagem de maravilha, em que as águas cantam nas levadas, rezam entre penhas soltas e choram se estão presas nas fontes.

Acrópole da Pátria, berço da nacionalidade, onde as gerações que sobem para a vida devem vir retemperar as almas para as batalhas do futuro.

A nossa comparticipação na História está escrita em monumentos grandiosos que o sol ilumina de glória e as inclemências do tempo revestem de veneranda pátina.

Cada canto da nossa Terra segreda-nos feitos de epopeia e cada pedra fala-nos de abnegados heroísmos.

Aqui trabalha e sua, formiga e moireja, canta e reza, um povo detentor das mais acrisoladas virtudes rálicas.

Podemos ter orgulho dos títulos que engrinaldam Guimarães, do seu rastro de grandeza através da História, mas este passado nobre e digno impõe-nos o dever de nos libertarmos de egoísmos que estiolam, de mesquinhas que inferiorizam, de materia-

lidades que degradam, de desinteligências que desagregam, de pessoalismos que ridicularizam, para nos integrarmos num ambiente de exaltação vimaranense, de fé nos destinos da grei, de ânsia incontida de engrandecimento local, alcançado mercê do esforço colectivo, sem uma única defecção, tendo como guião o nome de Guimarães.

Só assim unidos, de consciências libertas de intenções reservadas, seremos dignos do nome de vimaranenses e desta data comemorativa do Milenário da nossa existência, e desta maneira poderemos sacudir o marasmo que nos tem envolvido, recuperando o tempo perdido.

Daqui, do alto da Tribuna desta Casa, onde só vibra a voz da concórdia e da união, desta instituição cultural que é padrão imorredoiro de fervorosa dedicação à Terra, erigido sob a invocação de Martins Sarmento cuja pena de jornalista estava sempre pronta a secundar todas as causas que contribuísem para o engrandecimento de Guimarães, eu lanço sentido apelo a todos os vimaranenses de boa vontade para que, unidos numa só frente, se decidam a pugnar com firmeza e galhardia, elevação e tenacidade pela Terra que nos serviu de berço. E ela bem merece todos os nossos sacrifícios, toda a nossa dedicação, todo o nosso carinho.

E todos nós tributamos-lhe amor sentido e profundo.

O culto à nossa Terra não é apenas uma imagem literária, mas a expressão da nossa inteligência, do nosso sentimento, da nossa alma que vibra e estremece sempre que está em causa o nome de Guimarães.

E, por que tanto amamos a nossa Terra?

Eis, numa eloquente síntese do Dr. Eduardo de Almeida, a razão do nosso amor a Guimarães:

«Fora uma junqueira brava, com um passado de cabana, amortecida na atonia das horas indiferentes e paradas! Mas ela tem, neste formoso quadro minhoto a mais enternecida paisagem de suavidade e maravilha. As suas casinhas arruam-se em estâncias saudosas. Tressua a pedra dos seus muros o sangue forte dos gloriosos fundadores da nossa

nacionalidade. E nem uma só hora, uma só, viveu a inquietação da alma pátria em que ela não estivesse identificada com toda a sua alma. Era terrível e vitoriosa a sua espada, porque ela mesma lhe forjara a têmpera. Longamente se entregou a um sonho de misticismo fervoroso — e é ainda essa luz tão meiga e profunda, admirável, que ilumina os olhos das suas moças. Fez o bragal — do linho da terra, o doce — do fruto das suas árvores.

Pintou, agricultando, o quadro esverdeado e doirado das suas encostas e das suas várzeas. Cantou e sofreu. Foi S. Mamede e yerteu, regou com seu sangue Aljubarrota, Ceuta e Índia. Não temeu o império dos Filipes e defrontou-se com Napoleão. E trabalhou sempre. A enxada, o escôpro, o cinzel, a forja. Apegou-se à terra, entocou-se nas oficinas, sulcou os mares, estremeceu na ânsia da arte. Com insistência tão devotada e tão amorosa, ao comprido de tantos séculos, que, neste recanto afastado, ao mesmo tempo que amassava em glória um passado brilhante e limpo, fortalecia uma grande e bela tradição de trabalho, essa de que descende e criou a laboriosa e honrada Guimarães de nossos dias».

A Sessão foi encerrada pelo Presidente da Sociedade, Sr. Coronel Mário Cardozo com algumas palavras de agradecimento da Direcção ao ilustre Conferencista pelo seu bem elaborado trabalho, que constituiu uma interessante lição.

Quarta Conferência

Pelo SR. PROF. DOUTOR ANTÓNIO LUÍS GOMES

Presidiu o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Augusto Cunha, ladeado pelo Sr. Coronel Mário Cardozo, Presidente da Sociedade Martins Sarmento, e pelo Sr. Dr. Carlos Saraiva, Vereador do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal.

Aberta a Sessão foi pelo Sr. Presidente da Mesa concedida a palavra ao Sr. Coronel Mário Cardozo, que pronunciou as seguintes palavras:

Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Senhor Dom Abade de Singeverga,
Senhor Presidente da Câmara Municipal de Guimarães,
Senhor Doutor António Luis Gomes,

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Durante as comemorações do corrente ano, centenário da Cidade de Guimarães e milenário da sua existência histórica, que o Município Vimaranesense vem realizando, sob um alto espírito patriótico e um acentuado carácter nacional, com o aplauso unânime do País — resolveu o Senhor Presidente da Câmara que se efectuasse, em colaboração com a Sociedade Martins Sarmiento, um ciclo de Conferências integradas no ambiente destas solenidades, pronunciadas por alguns dos mais representativos valores da mentalidade portuguesa. Essas Conferências constituem portanto como que o comentário verbal aos progressos que a nossa terra conseguiu alcançar, em todos os sectores das suas actividades — de ordem económica, cultural e artística. Nenhuma oportunidade mais propícia se poderia na verdade oferecer para a realização de tais Conferências, do que esta ocasião em que a Cidade de Guimarães, mais uma vez, demonstrou, com as manifestações da sua vida e do seu labor nos campos da História, da Arte e das Indústrias, as suas possibilidades espirituais e materiais, os valores da sua produção, o seu contributo para o progresso geral do País, o peso do seu trabalho na balança económica da Nação.

Anuiu o Senhor Dr. António Luis Gomes a dar o seu prestimoso e prestigioso concurso à iniciativa da Câmara Municipal de Guimarães e desta Sociedade, vindo aqui hoje pronunciar uma das Conferências previstas no plano elaborado. Podemos assim afirmar que as Comemorações cívicas da nossa terra tiveram também neste eminente economista e escritor um dos mais fervorosos entusiastas e colaboradores, pois que a ele já devíamos a realização, tão primorosa como oportuna, nos claustros do Convento de S. Francisco, da magnífica Exposição de obras de Arte, especialmente de carácter religioso, existentes em Guimarães, ou procedentes de outras localidades historicamente ligadas à Casa senhorial dos Duques de Bragança e Guimarães.

Quis o Senhor Dr. António Luis Gomes dar-nos a atraente lição, que vamos ter o prazer de escutar, ocupando esta cátedra de tão nobres tradições intelectuais da Sociedade Martins Sarmiento, instituição que S. Ex.^a se digna distinguir com uma antiga e especial admiração e simpatia. A sua anuência ao nosso convite, particularmente cativante para os que nesta Casa trabalham, obriga o modesto presidente da Direcção da Sociedade a dizer algumas palavras, não de apresentação do ilustre Conferente, que a dispensa quem de há muito impôs a todos nós a sua nobilíssima personalidade, mas de público agra-

decimento a quem, de um modo tão elegante e sincero, veio à nossa Colectividade para honrar com o apoio da sua cooperação e o prestígio do seu nome, a Terra-mãe da Nação portuguesa, na ocasião em que Ela festeja os seus foros de «cidade», as suas remotas origens e as suas gloriosas tradições.

Não precisaria eu de afirmar que a presença do Senhor Dr. António Luis Gomes nesta Casa constitui, para todos nós, um motivo do mais sincero júbilo. De facto, a uma Instituição desta índole, fundada unicamente para exercer a benemerência pública pela assistência cultural, satisfação alguma poderia sobrepor-se à de aqui recebermos hoje um Homem superiormente dotado do verdadeiro espírito de benemerência, cidadão austero e digno que sacrifica todas as suas horas ao esforço constante de bem servir a sua Pátria, prestigiando de um modo tão notável e excepcional os postos de trabalho que tão dignamente ocupa, e pondo intransigentemente acima dos seus interesses particulares os interesses colectivos da Nação.

Serviços inestimáveis deve, na verdade, o País a este prestigioso economista, antigo Professor de Geografia política e económica da extinta Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que há muitos anos exerce os altos cargos de Director Geral da Fazenda Pública e Secretário Geral do Ministério das Finanças, e, desde 1945, simultaneamente o de Presidente do Conselho Administrativo da «Fundação da Casa de Bragança». Figura destacada do alto funcionalismo do Estado, é paralelamente, na opinião unânime daqueles que de perto com ele vivem dia a dia, um Chefe bondoso, de trato afável e educadíssimo, que sabe impor-se, não pela força do mando, mas pelo próprio exemplo da sua vida austeramente irrepreensível, da sua extraordinária capacidade de trabalho, da sua orientação rectilínea, equilibrada e independente, alheia a todas as facções, a todas as situações acomodaticias, preocupado apenas com a nobre missão de bem servir a causa pública, dentro do mais correcto espírito de isenção. Na administração da Casa de Bragança, por exemplo, não se tem limitado à resolução dos problemas e aspectos materiais de uma gerência impecável, mas procura constantemente fazer com que esse organismo seja uma actividade social em acção, tirando das suas largas possibilidades benefícios de assistência cultural e artística — inteligente directriz ainda há bem pouco tempo posta em destaque na nossa terra, com a magnífica Exposição de Arte Sacra a que me referi, promovida e organizada por essa Fundação.

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Vamos ter o prazer de ouvir a palavra fácil, elegante, fluente e clara, do Senhor Dr. António Luis Gomes, nesta Conferência que ele subordinou ao dístico — «*Poupar é um bem? Grandezas e malefícios da poupança*», título este que, por si só, já nos desperta a mais viva curiosidade e interesse de conhecer o seu desenvolvimento, tão oportuno é o assunto, nesta época instável do mundo, em que todos os valores materiais e morais parece aniquilarem-se, e quanto mais a antiga abundância escasseia mais as complicações e exigências desta

vertiginosa vida moderna, que somos forçados a viver, nos obrigam a dispersar o que temos e o que não temos, e nos impossibilitam aquele equilíbrio providente das reservas da poupança, que era a sabedoria dos nossos avós. Escutemos e aproveitemos os ensinamentos que o ilustre economista Senhor Dr. António Luis Gomes nos vai facultar.

Dada a palavra ao ilustre Conferencista, passou este a ler o seu primoroso trabalho, que a seguir publicamos:

Poupar é um bem?—Grandezas e malefícios da poupança (*)

Proponho-me tratar este tema de economia mas enquadrado, sim, na história e na vida de Guimarães.

Revelo desta forma o respeito pela terra, através de todas as suas grandezas e fecundas actividades e cumpro ao mesmo tempo o meu dever de Português, prestando obediência aos Varões assinalados e a todo o povo que formaram este agregado e aqui deixaram as marcas indeléveis do seu poder criador!

Recordar Guimarães significa para todos nós viver e sentir no coração e no espírito uma das mais belas páginas da nacionalidade. E o prestígio da sua história e o domínio da sua autoridade de Berço Augusto da Nação Portuguesa são tais que os reconhecemos em tudo que nos cerca e na nossa própria alma!



Prof. Dr. António Luís Gomes
*Director Geral da Fazenda
 Pública e Presidente do Conselho
 Administrativo da Fundação
 da Casa de Bragança*
 (Baixo-relevo de
 Simões de Almeida, Sobrinho)

(*) Esta Conferência foi publicada na Revista «Ocidente» (Lisboa).